

## 4. Pressupostos Teóricos

### 4.1. Apresentação

O presente capítulo tem como objetivo aduzir o arcabouço teórico que nos orientou durante esta pesquisa. Como se veio discutindo, este trabalho visa a investigar possíveis aspectos sintáticos e semânticos presentes em sentenças na voz passiva que sejam, possivelmente, relevantes para a explicação de uma reportada dificuldade que estruturas deste tipo colocariam para a compreensão de crianças em curso de aquisição da linguagem (cf. capítulo 2 desta dissertação), o que ainda se encontra sob muita controvérsia. Para tanto, acreditamos, seguindo Corrêa (2009a), na relevância direta de duas abordagens distintas: a de um modelo de língua adequado às questões colocadas pelo fenômeno da aquisição da linguagem e a de um modelo psicolinguístico que leve em conta as demandas impostas pela tarefa de se processar uma passiva. Deste modo, seria possível atendermos às questões intrínsecas ao fenômeno envolvendo a construção passiva, sem negligenciarmos os recursos que a criança utiliza e precisa utilizar na tarefa de adquirir a referida estrutura presente na gramática de sua língua.

É de fundamental importância, especialmente em se tratando de passivas, para além da descrição dos seus aspectos estruturais, enfatizarmos a necessidade da adoção de um modelo procedimental que dê conta de prever a implementação em tempo real do que a criança estaria realizando diante da estrutura aqui discutida. O modelo adotado nesta dissertação é o chamado Modelo Integrado da Computação *on-line* (MINC) de Corrêa e Augusto (2007). Este, por sua vez, incorpora os mecanismos formais da atuação do sistema computacional sugeridos pelo PM (CHOMSKY, 1995; a2007), na tentativa de descrever o modo de processamento da informação linguística em tempo real. Assim sendo, propostas como as de Boeckx (1998) e de Collins (2005), anteriormente apresentadas, poderão ser discutidas à luz das previsões que este modelo traz, permitindo-nos dar um tratamento específico à compreensão de sentenças passivas em termos dos custos computacionais que o processamento destas sentenças parece requerer.

Uma distinção assumida pelo MINC que nos parece relevante para entendermos o fenômeno envolvendo as passivas diz respeito aos tipos de movimentos sintáticos propostos pela TLG. De acordo com o MINC, de modo

geral, certos movimentos trariam maior demanda para o sistema linguístico-cognitivo, possuindo um custo mensurável para a computação sintática; outros se apresentam como mecanismos puramente formais do modelo de língua. Distinguir estes tipos de movimento, naturalmente, traria impacto direto para teorias de aquisição da linguagem. As sentenças passivas, ao que parece, exibiriam um movimento que envolveria uma computação sintática de alto custo, o que justifica pensar os “problemas” com a aquisição dentro do paradigma pretendido.

Nas linhas que se seguem, portanto, discorreremos superficialmente sobre as duas formas de abordagem para aquisição da linguagem que são aqui tomadas, de modo a permitir que o leitor identifique a maneira como ambas se aproximam e tergiversam. Feito isto, apresentaremos a teoria procedimental de aquisição da linguagem de Corrêa (2009a), em que se propõe a referida conciliação entre a visão psicolinguística incorporando a concepção de língua do Minimalismo e, logo a seguir, o Modelo Integrado da Computação *on-line* de Corrêa e Augusto (2007).

Em seguida, passamos para a análise das passivas do Português, sob o enfoque do MINC, expondo as características dos enunciados por nós explorados nos três experimentos que iremos reportar no capítulo seguinte, o capítulo 5 desta dissertação.

#### **4.2. Abordagem linguística para a aquisição da linguagem**

Defende-se, no Gerativismo, um pressuposto filosófico modularista<sup>66</sup> e racionalista. Tal visão alinha-se ao pensamento platônico e cartesiano. Para Chomsky, a linguagem seria parte do registro mental do indivíduo, faculdade inata e, sendo assim, parte da evolução da espécie, o que, em certa medida, permite rejeitar, inclusive, a ideia de que o seu surgimento tenha sido dado por pressões sociais.

Como já se apontou nesta dissertação, a questão que uma teoria linguística se coloca frente ao fenômeno da aquisição da linguagem visa a responder o que seria o seu *Problema Lógico*. Este pode ser colocado da seguinte maneira: como é

---

<sup>66</sup> A hipótese da modularidade da mente (FODOR, 1983) é, de certa forma, incorporada pela teoria linguística gerativa para pensar a linguagem, sendo uma de suas premissas fundamentais. Neste sentido, a linguagem seria um módulo da cognição que, por sua vez, seria dividida em submódulos. O módulo da sintaxe seria aquele que Chomsky chama de módulo especificamente linguístico. Outras informações podem ser encontradas em Chomsky (2000) e Hauser, Chomsky e Fitch (2002).

possível que a criança convirja para um subconjunto específico da sua língua, e não de outra língua qualquer, se toda gramática de língua natural é um subconjunto de todas as gramáticas gerativas possíveis, naturais ou não; e se a criança tem acesso a apenas um subconjunto de sentenças da língua a qual é exposta, que, na verdade, poderia ser compatibilizado por ela com mais de uma de todas essas gramáticas?

Este problema ganha contornos mais interessantes ao ressaltarmos a robustez envolvendo o fenômeno da aquisição e a velocidade das crianças ao convergirem para a gramática de sua língua, apresentando, inclusive, certo padrão em seu desenvolvimento; ou seja, todos os indivíduos sem maiores comprometimentos<sup>67</sup>, independentemente de cultura, da região em que vivem, ou de condições externas (do ambiente), adquirirão uma língua por simples inserção e interação no ambiente linguístico, de modo muito rápido e seguindo um curso semelhante entre eles.

A TLG assume, como já havíamos apontado, a existência de restrições biológicas e/ou genéticas naquilo que pode ser produzido por uma criança na sua fala espontânea e, também, compreendido na fala a ela dirigida; ou seja, princípios universais conformadores de uma gramática universal (GU<sup>68</sup>), os quais refletem as características comuns a todas as línguas. A GU é tida como uma série de capacidades cognitivas inatas, portanto, biologicamente determinadas e de caráter uniforme, que capacita qualquer indivíduo da espécie humana a adquirir uma língua X qualquer, em que as variações de uma (língua X) para outra (língua Y) serão mínimas e, basicamente, restritas ao léxico.

Na perspectiva da TLG, a criança, dotada de um aparato próprio para a linguagem, num estado zero da gramática<sup>69</sup> (S<sub>0</sub>)<sup>70</sup>, ao entrar em contato com o que se chamou de dados linguísticos primários (*primary linguistic data*- PLD), começaria o processo de marcação dos valores dos parâmetros. A fixação destes, por sua vez, pode ser entendida, não sem controvérsias, como a atribuição de um valor a um esquema do tipo binário (+)/(-) oferecido por todas as línguas, em que

<sup>67</sup> Mesmo em casos em que indivíduos são afetados por patologias, lesões e outros problemas das mais diversas ordens, exceto em casos específicos muito graves, suas habilidades linguísticas não são, no geral, afetadas globalmente.

<sup>68</sup> O conceito gramática universal teria sido utilizado pelo estruturalista Greenberg (1963) (cf. KATO, 1997).

<sup>69</sup> A gramática em estado zero é o mesmo que dizer *estado inicial*; ou seja, antes da aquisição de qualquer gramática particular.

<sup>70</sup> S do Inglês, *state* (estado).

a criança, ao observar o ‘comportamento’ da língua a que tem acesso, decide atribuir um ou outro valor a depender da sua gramática, permitindo-lhe usar a língua com eficácia. Gradualmente, o indivíduo amplia o seu conhecimento linguístico até alcançar a internalização da gramática plenamente, o que significa ter chegado ao seu estado “final”, o estado adulto ( $S_{adulto}$ ).

Naturalmente, os parâmetros não são todos fixados ao mesmo tempo. E o tempo que leva para que os parâmetros sejam fixados pode ser pensado, inclusive, em termos de um período crítico<sup>71</sup>. Este período corresponderia a um intervalo de tempo possivelmente entre 0 e 12 anos (mais ou menos), em que o indivíduo teria de ser exposto para adquirir a sua língua, do contrário, a não exposição a uma língua qualquer poderia vir a comprometer o percurso da aquisição da linguagem. No entanto, a partir dos 6 anos de idade de uma criança típica, já se pode dizer que a língua teria sido quase totalmente internalizada e estaria num estágio muitíssimo semelhante ao de um adulto com desenvolvimento normal.

Na próxima subseção, passaremos, com relativa brevidade, ao modo como se pode entender a abordagem psicolinguística para a aquisição da linguagem e de que modo essa abordagem se aproxima e, também, difere de uma abordagem puramente linguística.

### **4.3. A Abordagem psicolinguística**

A abordagem psicolinguística para a aquisição da linguagem enfatiza as relações/restrições entre o sistema cognitivo global e a habilidade linguística, não objetivando a caracterização de estágios. Diferentemente da abordagem linguística, o olhar passa do fenômeno para o indivíduo; ou melhor, para os

---

<sup>71</sup> A hipótese do período crítico, em Biologia, faz referência a certas funções/ habilidades do organismo que dependem de uma influência exógena para o seu desenvolvimento. Durante este período, determinada função apresentará uma sensibilidade para um determinado estímulo e, na presença deste estímulo, dita habilidade é desenvolvida. Com o passar do tempo, esta sensibilidade tende a diminuir, ainda que de modo não linear. Se o organismo, portanto, não for suficientemente exposto ao estímulo pode não desenvolver a habilidade em questão na sua plenitude. O sentido da visão, por exemplo, desenvolve-se mediante o estímulo da luz.

No que se refere à aquisição da linguagem, acredita-se que o período crítico se desenhe desde o nascimento da criança, talvez desde a vida intrauterina, até a sua puberdade. Fromkin e Rodman (1993) fornecem vários exemplos que apontam na direção desta hipótese; entre eles, o famoso caso de Genie, uma jovem que teve pouquíssimo contato com outros seres humanos desde o nascimento até a idade de 14 anos. Como não esteve exposta ao estímulo linguístico na idade relevante, nunca foi plenamente capaz de adquirir a sintaxe e morfologia da língua a que passou a ser exposta ao ser reintroduzida à sociedade.

recursos cognitivos que este indivíduo possui e dos quais faz uso na tarefa linguística. Corrêa (2008a) esclarece que:

O estudo psicolinguístico da aquisição da linguagem envolve identificar o que a criança é capaz de perceber e de discriminar no material linguístico que lhe é apresentado desde os primeiros dias de vida, caracterizar como esse material é, por ela, analisado, avaliar como seu conhecimento linguístico se encontra representado, num dado estado do desenvolvimento, assim como caracterizar as demandas específicas que a produção e a compreensão da linguagem lhe apresentam no desempenho de diferentes tarefas. Tem como objetivo apresentar modelos (representações teóricas) do processo de aquisição da língua, na forma de procedimentos que explicitem como a análise do material linguístico resulta na identificação das propriedades que caracterizam a língua em questão. (CORRÊA, 2008a, p. 170)

Se por um lado as teorias de língua ocupadas com a aquisição da linguagem desejam caracterizar os estágios em que as gramáticas se apresentam e descrevê-los (S0, S1, S2, (...), Sadulto), as teorias psicolinguísticas desejam caracterizar como as crianças passam de um estágio inicial a um estágio adulto (S0\_S1\_S2\_(...)\_Sadulto).

A proposta integrativa de Corrêa (2009b) pode ser caracterizada como uma abordagem psicolinguística para a aquisição da linguagem. Sua preocupação, como veremos na próxima subseção, se concentrará, especialmente, em explicar o desencadeamento da gramática, assumida a partir do modelo de língua da TLG, levando em consideração o problema do bootstrapping<sup>72</sup>.

#### 4.4. A Teoria Procedimental da Aquisição (CORRÊA, 2009a;b)

O modo como o conhecimento linguístico é posto em uso tem sido uma das principais questões acerca da linguagem enquanto fenômeno cognitivo. Como já apontamos, esta será a grande preocupação da teoria que apresentamos aqui. Corrêa (2009a), nesta direção, vê desvantagens no isolamento entre as abordagens Linguística e Psicolinguística. Sua crítica aponta, numa direção, para a necessidade de se contemplar etapas anteriores à emissão de enunciados

<sup>72</sup> Este termo é incorporado ao 'jargão' linguístico no Brasil, na ausência de uma tradução melhor, fazendo referência a uma alça/ tira (*strap*) que estaria na parte traseira de um sapato/ bota (*boot*) para auxiliar a uma pessoa a calçar tal bota. Fora de qualquer domínio específico, '*bootstrapping*' seria o uso de habilidades ou recursos limitados de modo a atingir habilidades, adquirir conhecimento ou dar início a um dado modo de operação, de outra ordem' (CORRÊA, 2008a: 173). No domínio especificamente linguístico, poder-se-ia pensá-lo como o 'desencadeador' de todo o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem pela criança, o impulso fundador do desenvolvimento da linguagem em meio ao aparato cognitivo.

linguísticos no curso da aquisição, tais como as de segmentação do sinal acústico em unidades lexicais, o reconhecimento e a categorização do léxico e a atribuição de relevância gramatical à informação referente à ordem dos constituintes sintáticos previamente analisados, por exemplo. Esta etapa seria fundamental e não bem assimilada por teorias de Aquisição da linguagem totalmente fundamentadas na TLG.

Em outra direção, a autora critica teorias psicolinguísticas que não se mostrem interessadas em assumir a natureza daquilo que estaria em processo de aquisição quando afirmam que um indivíduo estaria adquirindo uma língua. Daí, surgiria a necessidade, sob a ótica da Teoria Procedimental, de se adotar um modelo de língua que seja tido como adequado ao fenômeno da aquisição da linguagem.

A proposta integrativa visa a trazer, portanto, a concepção de língua do Programa Minimalista para essa teoria psicolinguística. O que, segundo Corrêa (2009a), possibilitaria essa convergência é o desenvolvimento de dois conceitos fundamentais, iniciados em P&P: o primeiro faz alusão a uma caracterização mais restrita dos princípios universais de GU, caracterizados, no PM, como menos especificamente linguísticos e mais voltados para as condições impostas pelas interfaces com um domínio estritamente linguístico, como é o caso do PIP (cf. 2.2.1.) e de princípios gerais de economia. A segunda remete à fixação paramétrica. Os parâmetros são entendidos, no PM, a partir de propriedades do léxico que, em consonância com o que fora proposto por Borer (1984), estariam associados aos traços formais presentes, sobretudo, nas categorias funcionais e na sua expressão morfológica.

A assunção de um modelo de língua constituído por um sistema computacional regido por imposição das interfaces fônica e lógica (HAUSER, CHOMSKY e FITCH, 2002) é compatível com o modo de pensar a aquisição levando em conta a necessidade de se problematizar como as informações disponíveis nessas interfaces poderiam vir a guiar a entrada da criança na gramática de sua língua.

Ao que parece, são as informações contidas, em especial, na interface fônica que permitirão que a criança comece a perceber padrões recorrentes na língua a que é exposta, viabilizando, por exemplo, a fixação de ordem desde muito cedo

(WEXLER, 1998) e, também, a distinção entre elementos de classe fechada e aberta do léxico (CORRÊA, 2009a).

Nesta direção, a hipótese do *bootstrapping* fonológico (MORGAN e DEMUTH, 1996) se mostra compatível à noção de que haja um direcionamento de natureza inata ao modo como a criança perceberia e analisaria o material linguístico a que é exposta. Nesta via, será considerada a habilidade cognitiva/fisiológica propriamente de que o bebê disporia para tomar como preferencial a fala humana (cf. MEHLER et al., 2000), levando em conta informação de ordem distribucional relevante para a fronteirização de orações, constituintes sintáticos e unidades lexicais. Essas pistas fonológicas/prosódicas, a que nos referimos, estariam relacionadas a eventos acústicos, alterações de *pitch* e alongamento de vogais<sup>73</sup> e à sensibilidade da criança para perceber padrões fonotáticos na língua (cf. JUSCZYK e ASLIN, 1995; GERKEN, 2001).

Os resultados orientados pela hipótese do *bootstrapping* fonológico evidenciam, de modo geral, a possibilidade de distinção entre classes de elementos funcionais e lexicais a partir da recorrência de padrões apresentados no material fônico, o que parece apontar que este material e a experiência não seriam tão empobrecidos como se pensara.

O que não ficaria claro na proposta de Morgan e Demuth (1996), segundo Corrêa (2009a), é o modo como a criança passaria da mera percepção dos elementos de classe fechada e da delimitação dos elementos de classe aberta para representar as classes funcional e lexical do seu léxico de modo a possibilitar o *parsing*<sup>74</sup> do material linguístico por meio das operações tomadas como específicas do domínio da língua. Em outras palavras, admite-se que a hipótese do *bootstrapping* fonológico faça previsões coerentes quanto ao procedimento tomado pela criança frente ao material fônico, mas aponta que esta proposta não seria capaz de explicar o que, exatamente, neste material linguístico, é capaz de

<sup>73</sup> Estes alongamentos de vogais e alterações de pitch permitiriam a montagem de uma hierarquia prosódica que, em maior ou menor medida, poderá coincidir com fronteiras sintáticas (SAFFRAN, ASLIN e NEWPORT, 1996).

<sup>74</sup> *Parsing* é o nome utilizado do original em Inglês e significa análise sintática. Mantém-se a utilização da terminologia original em trabalhos de Psicolinguística, a fim de evitar confusão com o nome do estudo conduzido pela Gramática Tradicional. O *parser*, portanto, seria a assunção de um componente linguístico capaz de conduzir esta análise sintática, uma espécie de analisador sintático.

desencadear<sup>75</sup> (*bootstrap*) a atuação do componente especificamente sintático. A pergunta acerca de como a sintaxe seria viabilizada para a criança ou como a criança chegaria à sintaxe não teria sido suficientemente respondida, portanto, dentro da hipótese do *bootstrapping* fonológico.

A proposta integrativa, por sua vez, é uma teoria que almeja responder ao problema do desencadeamento da sintaxe. Sob esta perspectiva, o *bootstrapping*/desencadeamento consiste no reconhecimento dos traços formais<sup>76</sup> de modo que eles sejam representados de uma maneira tal que o sistema computacional venha a ser posto em operação. O que possibilita este reconhecimento é a forma como os traços formais se apresentam no léxico: de forma visível na interface fônica por meio de afixos flexionais, classificadores e padrões de ordem. Se a criança se mostra sensível a padrões recorrentes nos sons da fala, como a hipótese do *bootstrapping* fonológico já fazia prever, seria sensível, também, a padrões que expressem distinções gramaticalmente relevantes a serem progressivamente especificadas<sup>77</sup>.

Segundo Corrêa (2009a), para que este processo de identificação se inicie, são três as condições necessárias: (i) a identificação de padrões correspondentes a elementos de classe fechada e/ou de padrões referentes à ordem; (ii) o pressuposto de que a delimitação de unidades possam ser analisadas (*parsed*) em unidades sintagmáticas; (iii) o pressuposto de que as distinções sistemáticas em elementos de classe fechada possam ser semanticamente interpretadas ou sinalizar o modo como estruturas argumentais se apresentam sintaticamente representadas numa expressão linguística.

A informação pertinente a padrões rítmicos possibilitaria a fixação de parâmetros de ordem e padrões distribucionais, sendo percebida pela criança

<sup>75</sup> A ideia de desencadeamento tem sido veiculada na literatura, como fora mencionado, sob a alcunha de problema do *bootstrapping* (PYLYSHYN, 1977). As chamadas teorias de *bootstrapping* se colocam várias perguntas, entre elas: (i) como a criança se orienta frente ao estímulo sonoro a que está sendo exposta? (ii) A criança seria capaz de perceber este estímulo como sendo instituído de sentido? (iii) Quais as ferramentas disponíveis, de antemão, no aparato cognitivo da criança que a capacita para adquirir uma língua? (iv) Que 'alavancas' seriam necessárias para ativar, cognitiva/ linguisticamente, o uso destas ferramentas? (v) Quais são os meandros percorridos pela criança ao utilizar estas ferramentas sobre o material linguístico que tem diante de si?

<sup>76</sup> Traços formais são tomados, nesta proposta, como “representações de distinções de natureza conceptual/intencional, ou pertinentes ao modo como a estrutura argumental se apresenta sistematicamente em termos de padrões regulares (...) na interface fônica da língua com o sistema sensorio-motor. (Corrêa, 2009a, p.:73)

<sup>77</sup> Distinções semânticas, por sua vez, seriam estabelecidas ao longo do desenvolvimento linguístico devido a sua maior sutileza.

como gramaticalmente relevante devido à existência de uma predisposição para o desenvolvimento de uma língua; ou seja, uma faculdade da linguagem assumida. Uma primeira distinção entre elementos de classe aberta e fechada e informação referente à ordem já daria origem a uma primeira representação lexical em termos de traços formais.

Na possibilidade de reconhecer a oposição entre elementos de classe fechada e de classe aberta e informação de ordenação de constituintes, um traço formal pertinente à distinção categorial entre classes e referente à ordem seria representado no léxico em constituição. Assim sendo, o sistema computacional já poderia atuar a partir desta distinção fundamental. A partir deste léxico mínimo, a inicialização do sistema computacional universal seria viabilizada. No que concerne à aquisição da sintaxe da língua, o processo decorreria da gradual especificação dos traços formais.

Resumidamente, a Teoria Procedimental busca caracterizar o processo que a criança percorre desde a mais tenra idade a partir do desencadeamento do seu sistema computacional, em especial, no primeiro ano de idade, até a plena aquisição de sua língua. Essa teoria assume, portanto, que cabe à criança, munida de um Sistema Computacional inato, a tarefa de identificar traços formais do léxico depreendidos do processo de segmentação do sinal acústico, os quais sinalizarão à criança, gradualmente, o algoritmo a ser implementado por meio de operações sintáticas universais.

O léxico é entendido, em Corrêa (2009a/b), sob três vias: (i) biológica, porque se assume que exista uma predisposição para o léxico, ou um léxico em potencial. (ii) Cognitiva, pois faz parte do aparato cognitivo e é acessado cognitivamente. (iii) Social, pois depende da interação com um meio linguístico social para ser 'preenchido'. O processo de aquisição da linguagem, em suma, partiria da percepção dos sons da fala até alcançar a representação de informação lexical gramaticalmente relevante por parte da criança, que frente à paulatina especificação das categorias funcionais e lexicais torna possível a execução de operações sintáticas por meio do processador sintático. As operações deste processador são, portanto, semelhantes às concebidas pelo próprio modelo linguístico (cf. seção 2.2.2. desta dissertação) e, de certa forma, passam a auxiliar no próprio processo da aquisição, uma vez que o sistema computacional já estaria desencadeado.

Em certo sentido, a complexidade observada em certas estruturas linguísticas, segundo a Teoria Procedimental, poderá impor à criança, no processo de aquisição, um custo relativo ao acionamento de determinadas operações sintáticas. Operações de movimento, como no caso das passivas, ao que parece, trariam uma demanda computacional maior, trazendo uma espécie de custo para o processamento, o que traria, como reflexo, um atraso na aquisição destas construções.

Para se discutir questões como complexidade de processamento nos termos que temos colocado, parece fundamental que ditas operações sintáticas sejam incorporadas num modelo para a *compreensão/produção* de enunciados linguísticos em tempo real. O Modelo Integrado da Computação *On-line* (CORRÊA e AUGUSTO, 2007), que veremos na próxima subseção, tenta prover soluções formais para uma possível compatibilização entre a derivação minimalista e um processador sintático e é por meio dele que concebemos a nossa proposta ao investigarmos a compreensão de passivas por crianças em curso de aquisição.

#### **4.5. O Modelo Integrado da Computação On-line (CORRÊA e AUGUSTO, 2007)**

A convergência entre teorias de língua e Psicolinguística, no que concerne à compreensão/produção de enunciados linguísticos já fora pensada anteriormente. Na década de 60, no contexto das ciências cognitivas emergentes, a Psicolinguística esteve fundamentalmente ligada à Teoria Linguística Gerativa, em especial, por meio da Teoria da Complexidade Derivacional (TCD) (MILLER, 1960; MILLER e CHOMSKY, 1963). Esta teoria buscou articular as relações métricas das regras transformacionais (CHOMSKY, 1957) ao que se imaginava ser o modo de operação linguística.

Inicialmente, em tarefas de pareamento de sentenças, a TCD obteve resultados compatíveis com a sua proposta, alentada pelo fato de que quanto mais regras transformacionais do modelo linguístico de então eram aplicadas sobre as sentenças, tais como regras de *passivização*, *negativização*, *relativização*, mais complexo era o processamento dos indivíduos.

A fragilidade da hipótese assumida pela TCD ficou demonstrada diante da incompatibilidade entre regras transformacionais e custo de processamento, uma vez que exemplos como *A maçã verde* e *A maçã que é verde* não se mostraram

significativamente distintos para o processamento dos participantes, como faria prever a teoria naquele momento (cf. FODOR, BEVER e GARRETT, 1974). Logo, com a impossibilidade de se sustentar empiricamente, a TCD permitiu que se rejeitasse a definição de uma métrica de complexidade em função de operações transformacionais caracterizadas pelo modelo formal de gramática. Com isso, a Teoria da Complexidade Derivacional foi praticamente abandonada.

No entanto, ao que parece, o problema aludido no parágrafo anterior não estaria centrado, necessariamente, na relação entre a complexidade da estrutura e o processamento linguístico, senão na falta de adequação empírica das regras transformacionais propostas pelo modelo linguístico de então. A computação de caráter mais representacional, como veio sendo proposta pela TLG, carecia de uma verificabilidade/ compatibilidade na atuação da condução da *produção/compreensão* em tempo real.

Como se viu, o Programa Minimalista apresenta, como parte de seus pressupostos, uma computação de caráter derivacional, o que facilitaria que os passos propostos neste quadro sejam passíveis de serem implementados em um modelo psicolinguístico, especialmente, em relação a modelos seriais da produção (BOCK e LEVELT, 1994) e a modelos estruturais de *parsing* (FRAZIER e CLIFTON, 1996; FONG, 2005).

Corrêa (2008b), contudo, afirma que a tentativa de compatibilização entre modelo de língua e modelos psicolinguísticos não estaria plenamente resolvida com o advento do Minimalismo e que esta questão continuaria colocando os seus desafios no campo da linguagem. Para que se possa assumir, portanto, tal identificação entre a proposta formal e a proposta funcional que se ocupa da implementação da gramática em tempo real, o algoritmo proposto pela teoria de língua precisa mostrar-se adequado<sup>78</sup>.

Em princípio, não seria possível assumir que as operações computacionais, como concebidas pela TLG, possuam uma correspondência exata ao modo como o ser humano desempenharia a tarefa de compreensão e de produção da

---

<sup>78</sup> A necessidade de adequação diz respeito à distinção existente entre os níveis de sistemas de processamento da informação (MARR, 1982). Ou seja, no que se refere ao tratamento dado à informação linguística (seja pelo homem ou pela máquina), três diferentes níveis de abordagem são considerados: (i) o nível computacional, que faz alusão às operações computacionais por meio das quais uma tarefa é conduzida. (ii) O nível representacional/algorítmico, que explicita o algoritmo por meio do qual a tarefa é desempenhada. (iii) O nível implementacional, que está relacionado ao modo de operação do aparato físico no qual a tarefa é implementada, no caso do ser humano, o cérebro.

informação linguística, uma vez que essa concepção é parte da proposta abstrata de uma teoria formal, cuja visão de língua está voltada para o seu estado virtual, não para a performance. A derivação minimalista, contudo, encoraja uma aproximação com a concepção de computação *on-line* em modelos procedimentais.

Ainda assim, há alguns pontos a serem seriamente considerados nessa tentativa. Entre estes pontos, Corrêa (2005) e Corrêa e Augusto (2007) destacam como os principais (i) a direcionalidade da derivação e (ii) a inexistência de realidade psicológica de certos movimentos sugeridos pelo modelo linguístico. Estes dois pontos serão mais bem discutidos nas seções a seguir.

#### **4.5.1. A direcionalidade da derivação**

No Programa Minimalista, a direção da derivação segue um procedimento de baixo para cima (*bottom-up*). Esta direcionalidade não se mostra afim a modelos de processamento incrementais. Estes modelos contemplam, como não poderia deixar de ser, o fato de que, tanto na produção como na compreensão, os processos se desenvolvem da esquerda para direita no transcurso do tempo. O modelo linguístico sugere, no entanto, que a derivação parta do elemento mais à direita, como no PM, o que será empiricamente inadequado em se tratando de modelos de processamento (cf. PHILLIPS, 2003).

Na TLG, a interação entre o léxico e os demais sistemas cognitivos atuantes no desempenho linguístico não é problematizada. A *intenção do falante*, suas expectativas frente ao discurso, não é parte do escopo de uma teoria formal de língua. Em se tratando de uma computação em tempo real, no entanto, é de fundamental importância a caracterização desta interação. É importante ressaltar, também, que a teoria linguística não discrimina o sistema intencional do conceptual, enquanto, no Modelo Integrado da Computação *on-line*, a distinção entre categorias funcionais e lexicais seria relevante ao se conceber a interação do léxico com os dois sistemas referidos.

O sistema intencional é aquele no qual se inscrevem os estados mentais do indivíduo acionado por uma intenção de fala/de compreensão de uma intenção de fala, o qual permite o estabelecimento da referência para formular/ interpretar uma dada mensagem. A ele estão ligados os núcleos funcionais. Estes núcleos seriam derivados de cima para baixo (*top-down*), dando origem ao esqueleto sintático; ou

seja, a introdução de um domínio sentencial (CP), verbo-temporal (TP) e nominal (DP), codificando, respectivamente, a força ilocucionária, referência temporal e entidades envolvidas na mensagem.

A este esqueleto sintático, acoplar-se-ão os elementos do léxico, de baixo para cima (*bottom-up*), constituídos a partir da estrutura argumental do predicador em questão, codificando a mensagem propriamente dita. Estes elementos são selecionados a partir do sistema conceptual.

Tem-se, assim, em Corrêa e Augusto (2007), a proposta de um modelo bi-direcional (*bottom-up* e *top down*), diante de uma teoria que visa a explicar o modo como os traços formais do léxico interagem com sistemas conceptuais e intencionais, o que possibilita dar conta da explicitada incrementalidade do processamento linguístico.

Na subsecção seguinte, veremos como o presente modelo visa a dar conta do segundo problema explicitado: a distinção entre movimentos com e sem custo computacional, diretamente relevantes para a problemática investigada nesta dissertação: o caso das passivas.

#### **4.5.2. Os movimentos sintáticos no modelo integrado**

No que diz respeito aos movimentos sintáticos propostos pela TLG, aparentemente, pode-se questionar seu caráter de artefatos teóricos puros, muitos deles, carentes de realidade psicológica. Ditos movimentos, assumidos na derivação de certas estruturas sintáticas, não parecem ser requeridos no processamento das mesmas, particularmente aqueles movimentos que atendem a uma espécie de fixação paramétrica básica, referente a ordem canônica da língua.

Movimentos em função de ordenação canônica dos elementos sintáticos da língua, por exemplo, se realizam em função da presença necessária de núcleos funcionais, caracterizando uma espécie de movimento compulsório. É o caso do movimento do sujeito para a posição [spec, TP] para valorar o traço EPP de T. Por ser compulsório na língua, este tipo de movimento não parece gerar qualquer custo computacional mensurável.

Movimentos com custo computacional mensurável parecem responder, por sua vez, a demandas discursivas eventuais, promovendo uma alteração na ordenação canônica. Na passiva, por exemplo, existiria uma clara demanda discursiva que é a de salientar o elemento não-agente, focalizando-o no discurso.

Para isso, aventa-se a possibilidade de que esta demanda discursiva exija que o objeto lógico da sentença se mova para a posição de sujeito sintático. Este tipo de movimento rompe com a ordem canônica temática da língua e imporia, assim, o referido custo computacional<sup>79</sup>.

Tendemos a assumir, com isso, que, se confirmado o atraso universal<sup>80</sup> reportado para as sentenças passivas (MARATSOS et al., 1979; 1985; BORER e WEXLER, 1987; FOX e GRODZINSKY, 1998), o que não parece ser diferente em se tratando da aquisição do português (GABRIEL, 2001; RUBIN, 2004; 2006), este atraso poderia estar sendo causado pelo alto custo computacional que esta construção impõe ao processamento das crianças. Ao ter de lidar com esta informação de alto custo para a compreensão, o curso de aquisição de estruturas passivas seria mais moroso e, portanto, a criança levaria mais tempo a estar totalmente habilitada para a tarefa de compreensão da estrutura em questão (CORRÊA e AUGUSTO, 2009).

Na subseção seguinte, faremos um esboço do que seria a utilização de dois recursos formais pelo modelo integrado da computação *on-line*: (i) os espaços derivacionais paralelos que se reportam ao primeiro problema explicitado, a bi-direcionalidade do modelo e (ii) a distinção entre cópias sequenciadas e simultâneas no curso da computação, que se reporta à questão veiculada na presente subseção: os movimentos com e sem custo computacional. Vale ressaltar que, dentro dos objetivos desta dissertação, atenderemos apenas à condução da tarefa de compreensão prevista pelo referido modelo<sup>81</sup>.

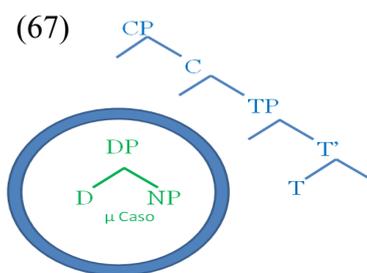
<sup>79</sup> Como esta afirmação faz notar, a proposta deste modelo para a análise de sentenças passivas permite o estabelecimento de um estreito diálogo com outras propostas que viam como problemático o movimento em Cadeia-A, já tão discutido na literatura (BORER e WEXLER, 1987; 1992; PIERCE, 1992; BABYONYSHEV et al., 2001;). (cf. Seções 3.3.1. até; 3.3.1.2) Na perspectiva deste trabalho, no entanto, o movimento em questão, em tese responsável pelo atraso observado na aquisição de passivas, pode ser interpretado sob a ótica de uma questão estrutural (cópia sequenciada, cf. 4.5.3.) que se traduz numa maior demanda de processamento.

<sup>80</sup> A reportada dificuldade é, também, corroborada por experimentos conduzidos com crianças com suspeita de déficit especificamente linguístico (SILVEIRA, 2002; CORRÊA e AUGUSTO, 2011; AUGUSTO e CORRÊA, submetido) e afásicos agramáticos (GRODZINSKY, 1990).

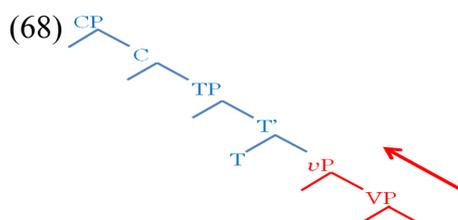
<sup>81</sup> As nuances envolvidas na tarefa de produção são muitas e, em diversos aspectos, distintas da de compreensão. Acreditamos que, dentro da perspectiva de uma pesquisa para a dissertação de mestrado, não haveria tempo hábil para contemplar a contento as duas tarefas. Na pesquisa para a tese de doutorado, olharemos com mais atenção para a condução, também, da produção e as especificidades nela envolvidas.

### 4.5.3. Espaços derivacionais paralelos e cópias simultâneas e sequenciadas na computação *on-line*

Ao assumir a existência de espaços paralelos durante a derivação, o MINC aponta que a representação de certos elementos lexicais, após serem segmentados e reconhecidos em unidades prosódicas ou sintáticas, poderiam ser mantidos temporariamente numa espécie de janela de processamento. Por exemplo, durante a condução da compreensão de uma sentença declarativa ativa simples, um núcleo funcional DP, com traço não valorado de Caso, seria gerado imediatamente no referido espaço derivacional paralelo, como ilustrado em (67). O modelo assume que, mediante a informação prosódica contida num enunciado declarativo, um CP e um TP seriam projetados de modo *top-down*, haja vista que declarações incidem sobre entidades e eventos no tempo.

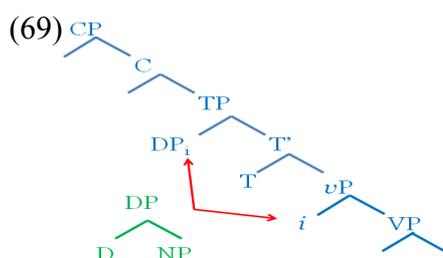


O núcleo funcional DP, derivado em espaço paralelo, vê o acoplamento do NP que o compõe de forma *bottom-up*. Também *bottom-up*, como se disse, são acopladas as categorias lexicais, mediante o seu paulatino reconhecimento. O acesso lexical a V, na compreensão, daria origem à construção de uma árvore desmembrada em VP e  $vP$ <sup>82</sup>, que se acopla à parte que havia sido derivada na direção *top-down*, tal como é ilustrado em (68).



<sup>82</sup> O reconhecimento de um verbo flexionado na derivação dispara a identificação da presença do traço EPP de T e, também, gera a ativação dos traços formais relativos às camadas  $v$  e V antes mesmo da recuperação do lexema do verbo. Deste modo, o sistema computacional recebe a informação da existência de um argumento externo e um complemento na geração desta estrutura.

Poder-se-ia dizer que, feito este acoplamento, o DP derivado em espaço paralelo seria adjungido à posição de sujeito [spec, TP], satisfazendo, ao mesmo tempo, por meio de uma cópia simultânea, os requerimentos de TP e de  $v$ , como aparece ilustrado em (69). Mediante este processo, o *parser* verificaria se os traços interpretáveis em DP encontrariam correspondentes nos traços em T.

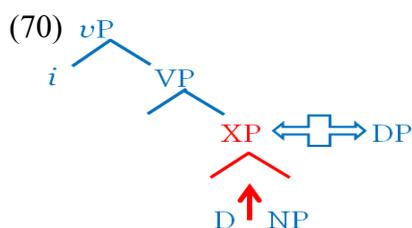


Neste ponto, é interessante notar que o que estava sendo chamado de *movimento* pela TLG, para o MINC, será entendido como *cópia simultânea*. Segundo Corrêa e Augusto (2007), estas cópias seriam decorrentes da fixação do parâmetro da ordem na língua adquirida. Estas cópias referentes à ordem seriam uma implementação comum desde um momento bastante inicial no curso da aquisição da linguagem (cf. WEXLER, 1998). Assim sendo, uma vez que os movimentos, como são propostos pela TLG, fazem parte da ordenação fixa, não geram custo computacional mensurável.

No que se refere às cópias sequenciadas, tidas como as responsáveis pela geração de custo computacional, tem-se que estas adviriam do fato de que, no processamento de uma estrutura, o primeiro DP reconhecido não pode ter todos os seus requerimentos temáticos e de função sintática totalmente definidos num primeiro momento. Este DP precisaria, portanto, ser mantido numa espécie de caixa de memória até que encontre condições de ter o seu papel temático e função sintática claramente especificados. Ao chegar ao ponto onde isso seria possível, o DP mantido na memória é reativado e a cópia, portanto, é promovida. Quando o marcador frasal já estiver concluído, uma das cópias é apagada conforme o requerimento para a linearização<sup>83</sup>, segundo o Axioma de Correspondência Linear (Linear Correspondence Axiom (LCA)) (cf. KAYNE, 1994; NUNES, 2004).

<sup>83</sup> O apagamento de cópias para a linearização da estrutura é detalhada em Nunes (2004).

Voltando à condução da compreensão de uma sentença declarativa simples como se vinha discutindo, a presença de V sinaliza, ainda, a necessidade de se encontrar um complemento para o verbo. Este complemento, resultado de uma expectativa, pode vir a se configurar como um DP, um CP ou um TP. Como nem sempre V permite a prévia especificação deste complemento, o seu núcleo seria gerado sob a forma de um XP, subespecificado com relação às suas propriedades categoriais. A identificação dos elementos D e NP, como em (70), promove, portanto, a substituição de X por D neste exemplo.



Finalmente, derivado o marcador frasal, há o *spell-out* da estrutura, o que permite que os traços semânticos sejam ativados e as relações semânticas, em decorrência da sintaxe, permitirá que o enunciado possa ser interpretado.

Viu-se, em linhas gerais e a partir do que seria a compreensão de enunciados declarativos em sentenças ativas muito simples, o funcionamento do Modelo Integrado da Computação *on-line* através da assunção de cópias e em decorrência de espaços derivacionais paralelos nos quais DPs são mantidos. A estrutura passiva, conforme vimos no capítulo 2 desta dissertação, apresenta uma série de diferenças que, definitivamente, são relevantes para o processamento. Neste sentido, cabe trazer um tratamento específico para esta construção linguística do ponto de vista da compreensão à luz deste mesmo modelo.

Na subseção seguinte, avaliaremos quais são as previsões que o Modelo Integrado nos permitiria fazer acerca da tarefa de compreensão de sentenças passivas, sejam longas ou curtas, tendo em vista as análises de Boeckx (1998) e Collins (2005) e, também, as características do Português brasileiro. Neste intuito, acreditamos oferecer um ângulo de investigação que poderá levar-nos a compreender, na língua que estamos investigando, o curso de aquisição das sentenças passivas.

## 4.6. A tarefa de compreensão de passivas

### 4.6.1. Características relevantes do Português

Ao fazermos uma comparação mais imediata entre as passivas do Português brasileiro e as do Inglês, a primeira evidência que se poderia vislumbrar estaria no nível de V. Tanto os verbos auxiliares como os principais possuem distinções com respeito ao Português que parecem ser bastante relevantes.

No que se refere aos participípios do Inglês, diz-se que estes possuem um conjunto de traços formais menos especificados do que os participípios do Português. Vejamos as comparações entre (71) e (72) abaixo:

- (71) a. O chapéu foi vendido pelo homem.  
 b. A boneca foi dada pela mamãe.  
 c. Os carros foram vendidos pelos representantes.  
 d. As casas foram dadas pelos empresários.
- (72) a. The hat was sold by the man.  
 b. The doll was given by mommy.  
 c. The cars were sold by the salesmen.  
 d. The houses were given by the businessmen.

No PM, adjetivos predicativos possuem traços não-interpretáveis, tais como gênero e número. A checagem desses traços ocorre antes da FL<sup>84</sup>. O participípio do Português, como foi visto nos exemplos em (71), possui gênero e número especificados a partir da concordância disparada entre ele e o DP sujeito<sup>85</sup>, ou seja, o resultado da operação *agree* traz uma marca morfológica evidente e

<sup>84</sup> A concordância entre um DP e um adjetivo predicativo pode ser entendida sob duas análises diferentes, segundo Chomsky (1995): na primeira, ilustrada em (1), o sintagma AP toma o adjetivo como seu núcleo e o substantivo como seu sujeito. AP é dominado por Agr<sub>AP</sub>. O DP que move para [Spec, IP] para checar o seu Caso passa por [Spec, Agr<sub>AP</sub>]. O núcleo adjetivo se move para o núcleo de Agr<sub>AP</sub> e, assim, seu traços interpretáveis são eliminados via a relação Spec-núcleo com o DP em [Spec, Agr<sub>AP</sub>]. O alçamento do adjetivo para Agr<sub>A</sub> é problemático, porque em Inglês tem-se Agr fraco (weak Agr).

(1) John<sub>i</sub> is Agr<sub>AP</sub>[ t<sub>i</sub> Agr<sub>A</sub>[intelligent<sub>j</sub>[AP[t<sub>i</sub> t<sub>j</sub>]]]]

Na segunda análise, então, Chomsky (1995) dispensa a assunção de sintagmas-Agr. O autor propõe uma análise com um AP contendo duas posições de Spec. O DP é gerado na posição Spec mais interna, movendo-se para a posição Spec mais externa, onde entra no domínio de checagem do adjetivo, como é exemplificado em (2).

(2) John<sub>i</sub> is AP[ t<sub>i</sub> A''[ t<sub>i</sub> A''[intelligent]]]

Nesta segunda análise, assume-se que o adjetivo receba o traço forte [nominal-] no momento que é selecionado do léxico. O DP é alçado para Spec mais externo conforme requerido pelo traço forte, evitando o problema de fraqueza de Agr apontada.

<sup>85</sup> Ver Simioni (2010) que discute os padrões de concordância da estrutura passiva em PB.

poderia, de alguma forma, sinalizar à criança, no curso da aquisição desta língua, uma possível relação entre adjetivos e participios<sup>86</sup>.

Esta homofonia entre o participio da passiva e adjetivos é utilizada por Borer e Wexler (1987), por exemplo, para explicar a facilidade que as crianças demonstram na sua performance com passivas com verbos de ação<sup>87</sup>. Os autores se valem do fato de que, em Inglês, não há distinção entre *ser* e *estar*, o que reforçaria a homofonia sintática entre estruturas de cópula predicativa e passivas verbais.

Rubin (2009), contudo, nega que, em Português, haja a possibilidade de identificação entre a passiva adjetiva e a verbal, fazendo-nos atentar para o fato de que, apesar desta saliência adjetiva do participio em Português que estamos apontando, os verbos *ser*, *estar* e *ficar* seriam utilizados de maneira distintas, deixando clara esta diferença para a criança.

The ambiguity of a sentence like **The door was opened** is crucial to explain why children do better in comprehending passives with action verbs than passives with psychological verbs: they give the resultative reading to the eventive passive. This is understandable, since both eventive and resultative passives have the same truth-values, and action verbs allow a resultative reading better than psychological verbs, because they involve a target state.

In Portuguese, it is impossible to give a resultative reading to a sentence equivalent to **The door was opened**, for an eventive passive has its own form, and does not lead to a different reading. (cf. RUBIN 2009:437)<sup>88</sup>.

Os exemplos (73) e (74)<sup>89</sup> foram dados em sequência a este trecho e são reproduzidos aqui igualmente. Como se viu acima, a diferença formal entre ambas

<sup>86</sup> No Espanhol, cujo vestígio da concordância, assim como em Português, também é morfologicamente manifesto, as crianças levam em consideração, de modo significativo, essas pistas, para interpretar a passiva corretamente. A partir da concordância, as crianças são capazes de definir o sujeito e o objeto da passiva reversível, sempre quando testadas na condição que levava em conta a ordem sujeito-verbo da passiva perifrástica (PIERCE, 1992) (cf. seção 3.3.1.1. desta dissertação)

<sup>87</sup> Como vimos no capítulo 3 (cf. subseção 3.3.1.), esta hipótese é reforçada com base na ideia de que verbos de ação formam participios que são melhores adjetivos do que verbos de não-ação.

<sup>88</sup> Traduzimos o trecho da seguinte forma: *A ambiguidade de uma sentença como **The door was opened** (A porta foi aberta) é crucial para explicar por que as crianças compreendem melhor passivas com verbos de ação do que passivas com verbos psicológicos: elas atribuem uma leitura resultativa a uma passiva eventiva. Isto é compreensível já que ambas as passivas resultativa e eventiva possuem o mesmo valor de verdade e verbos de ação permitem uma leitura resultativa melhor do que verbos psicológicos, porque eles envolvem um estado-alvo.*

*Em Português, é impossível atribuir uma leitura resultativa para uma sentença equivalente a **The door was opened**, pois uma passiva eventiva tem a sua forma própria, e não leva a uma leitura diferente. Logo, em Português, uma passiva adjetiva é formalmente diferente de uma passiva eventiva.*

<sup>89</sup> As inserções entre parênteses são nossas.

as sentenças fez a autora prever, também, a implicação de clara distinção lógico-semântica entre os dois tipos de passiva. Mais adiante, nesta dissertação, voltaremos para esta questão, quando estivermos discutindo o processamento das passivas curtas adjetivas (cf. subseção. 4.6.2.2.2.).

- (73) A porta está aberta. (passiva adjetiva- leitura estativa)  
 (74) A porta foi aberta. (passiva verbal- leitura exclusivamente eventiva)

Outro aspecto interessante do PB que não poderíamos deixar de mencionar é a possibilidade da manutenção do objeto lógico na sua posição pós-verbal; ou seja, na sua posição *in-situ*. Assim como no Espanhol, em Português, permite-se que o sujeito da voz passiva permaneça dentro do domínio do VP. No Inglês, em contrapartida, o alçamento para a posição [spec, TP] é obrigatória. Isto, sob um primeiro olhar, poderia suscitar a não formação de uma cadeia argumental que, como previu Pierce (1992), poderia facilitar a compreensão destas sentenças.

Embora seja inegável que, em determinados contextos, passivas com sujeito pós-verbal sejam acomodadas, como em (75-78), as passivas perifrásticas com sujeito na posição pós-verbal não soam tão naturais, já que a ordem sujeito-verbo-objeto estaria enrijecendo-se na língua (LUNGUINHO e MEDEIROS JÚNIOR, 2009).

- (75) Hoje à tarde, foram queimados carros por homens violentos.  
 (76) Foram mandadas todas as cartas pelo correio.  
 (77) Já foram ouvidas as 10 primeiras músicas pelos empresários.  
 (78) Só foram vistos filmes sobre Guerra esta semana.

Os resultados do Espanhol com passivas perifrásticas na posição pós-verbal (PIERCE, 1992), por sua vez, língua em que estas construções são, aparentemente, muito mais corriqueiras do que em Português, não apontam para uma maior facilidade com estruturas em que há a manutenção do DP (objeto lógico) na sua posição *in-situ*. Estes resultados, aliados à dificuldade que teríamos em apresentar às crianças um contexto feliz envolvendo passivas, como as

apresentadas acima, fez com que procrastinásemos o desejo de investigarmos mais a fundo passivas com o DP na posição pós-verbal<sup>90</sup>.

Nas próximas subseções, voltaremos o nosso olhar para um passo-a-passo acerca de como o Modelo Integrado da Computação *on-line* faz as suas previsões no que concerne, efetivamente, à compreensão de sentenças passivas, levando em conta, como dissemos, as características aqui apresentadas.

#### **4.6.2. Análises das passivas à luz do Modelo Integrado da Computação *on-line***

##### **4.6.2.1. A análise de passivas longas**

Ao apresentarmos um tratamento para a compreensão das sentenças passivas, desejamos estabelecer um diálogo com a assunção de cópias simultâneas e sequenciadas à luz do referido Modelo Integrado. As cópias simultâneas, como vimos ao problematizarmos rapidamente a compreensão de sentenças ativas declarativas simples, são tidas como contrapartes válidas para os movimentos da Teoria Linguística que não gerariam, para o processador sintático, um custo computacional mensurável.

Segundo as análises de Boeckx (1998) e de Collins (2005) vistas no capítulo 2 desta dissertação, encontramos razão para assumir que o movimento existente nas passivas seja compatível à assunção de *cópias sequenciadas*. O maior custo computacional advindo deste tipo de cópia nos permitiria avançar e apontar que esta computação mais morosa seria um dos aspectos relevantes responsável pelo atraso na aquisição de passivas, como discutimos no capítulo 3 desta mesma dissertação. Neste ponto, é importante notar que não prevemos a existência de qualquer diferença do ponto de vista da aquisição para as passivas longas do Português e as do Inglês, a não ser por possíveis pistas de concordância entre o

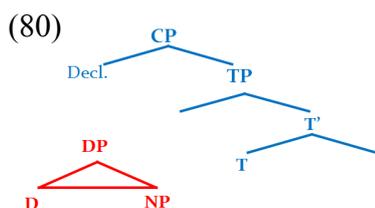
---

<sup>90</sup> Há de se considerar o fato de as crianças com desenvolvimento desviante apresentarem melhores performances com sentenças *Qu* com o elemento em questão mantido na sua posição original do que com as que exibem *Qu* deslocado à esquerda (HAEUSLER et al., 2005), o que poderia nos fazer prever, também, uma melhora, nesta direção, com relação à interpretação de passivas, seja em crianças com desenvolvimento padrão ou crianças com alguma dificuldade linguística. Por outro lado, há de se considerar que a ordem verbo-sujeito é pouco frequente no PB e parece impor algumas restrições, como a presença de um elemento extra (PPs, advérbios) na primeira posição (Pilatti, 2002; 2006), curiosamente uma característica de três dos quatro exemplos fornecidos (9-12), cuja observação cuidadosa também parece indicar que o plural (ou a leitura indefinida do objeto) seja privilegiado para tornar a inversão mais natural. Simioni (2010) trata também da questão dos padrões de concordância da estrutura passiva, apontando distinções relevantes no que diz respeito à presença de DPs pré- e pós-verbais. Esta é uma questão que, no entanto, deixaremos em aberto para futuras investigações.

primeiro DP e o particípio. Assim sendo, passemos para a análise das passivas longas.

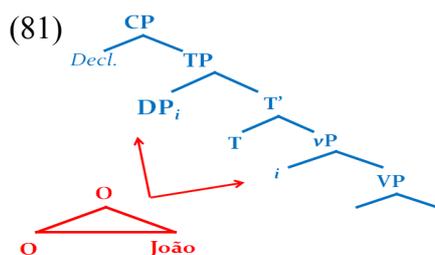
Tomemos uma sentença declarativa na voz passiva, como em (79). Diante de enunciados deste tipo, os núcleos funcionais CP (relativo à força ilocucionária) e TP (relativo ao fato de, em se tratando de uma sentença declarativa, uma instância de tempo estar envolvida), também, seriam gerados pelas mesmas razões que explicitamos anteriormente (cf. subseção 4.5.3.). O DP (*O João*), ainda com traço de Caso não valorado, seria gerado num espaço derivacional paralelo, tal como ocorreria com uma sentença declarativa ativa simples, como se observa em (80). Atendo-nos apenas ao processamento do enunciado em si, podemos dizer que, em princípio, não há razão para afirmar a existência de qualquer diferença entre passiva e ativa<sup>91</sup>.

(79) O João foi amarrado pelo Pedro.



A flexão percebida a seguir (no verbo ser- *foi*) levaria o sistema a derivar uma sentença ativa, tentando promover a cópia compulsória do DP (*O João*) para a posição [spec, TP], como em (81). O reconhecimento da flexão verbal em “*foi*”, possivelmente tomado como o passado de *ir*, dispararia, então, a identificação da presença do traço EPP de T, assim ocorreria a ativação dos traços formais das camadas *v* e V e, neste sentido, poder-se-ia dizer que o DP poderia atender ao EPP, assim como buscaria atender a requerimentos temáticos associando-se a [Spec, *vP*].

<sup>91</sup> Uma controvérsia poderia ser levantada neste ponto se pensarmos a enunciação desta sentença dentro de um contexto específico em que a apresentação e a manutenção de um tópico poderiam ser defendidas com a intenção de diferenciar a condução da compreensão de uma passiva e de uma ativa. De todos os modos, embora não seja a nossa intenção problematizar esta questão nesta dissertação, vale a pena ressaltar que o modelo parte da assunção de um *parser* autônomo que atua sobre traços formais do léxico e que, portanto, não procederá sob influência de níveis de informação hierarquicamente mais altos.



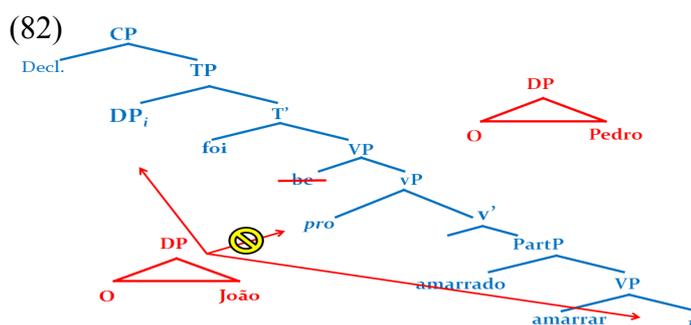
No entanto, diante da morfologia da passiva, apresentada pelo particípio, uma reanálise estrutural se faz necessária, pois o verbo flexionado deve ser reinterpretado como um verbo auxiliar. Logo, o *vP* é excluído da estrutura momentaneamente e o DP, já com Caso valorado, é mantido em uma caixa de memória para que o seu papel temático possa ser identificado posteriormente. A identificação do particípio conjugado à presença do verbo *ser*, portanto, seja segundo a análise de Boeckx (1998), seja a de Collins (2005), é responsável pelo reconhecimento da necessidade de derivação, efetivamente, de uma passiva.

É de suma importância ressaltar que estamos contemplando, neste ponto, o processamento do que seria uma sentença passiva longa do Português, língua em que existe uma homofonia entre as formas de passado dos verbos *ser* e *ir*, possivelmente relevante para o processamento desta estrutura. No ponto desta ambiguidade, poder-se-ia assumir dois modos de atuação para o *parser*: (i) o *parser* ativaria as camadas *v* e *V*, uma vez que o verbo *ir* no passado em formas ativas é uma forma muito comum, provavelmente, muito mais comum do que passivas; ou (ii) o *parser* postergaria a sua decisão (ou, por outro lado, por ser o auxiliar um verbo curto, haveria a formação de um *string* com o particípio, que seria tomado pelo *parser* como uma unidade de processamento), pelo menos, até o reconhecimento do próximo elemento para decidir em qual direção a derivação deverá seguir.

Expusemos, acima, as previsões de *parsing* segundo o nosso entendimento do Modelo Integrado, assumindo-se a opção (i). Nesse caso, esperamos que ocorra uma reanálise processada em paralelo, que otimizaria as ações do *parsing* do enunciado em questão. De qualquer maneira, a identificação do primeiro elemento verbal como um auxiliar e não um verbo principal promoveria o acoplamento do DP em [Spec, TP], com valoração de seu Caso, e a formação de uma cópia a ser

mantida em uma caixa de memória para a identificação do papel temático, uma vez que auxiliares não possuem camada vP.<sup>92</sup>

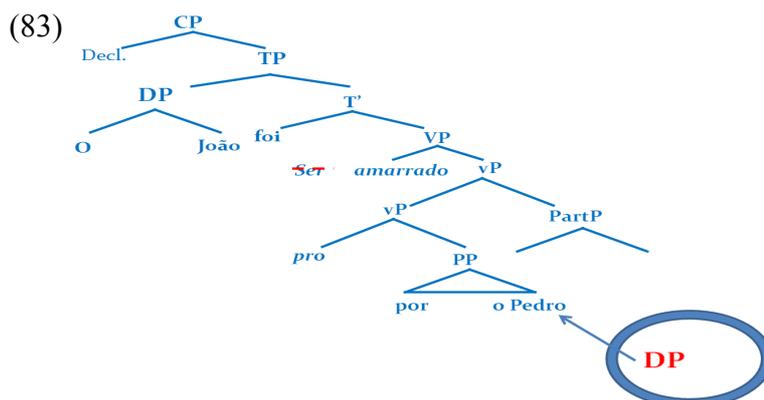
A identificação do particípio levará à geração *bottom-up* da camada verbal (*v* e *V*). Segundo Boeckx (1998), a posição de argumento externo seria ocupada por *pro*, licenciado pela morfologia da passiva. Este particípio e *pro* deverão manter uma relação local, imediata do ponto de vista do processamento; ou seja, uma vez reconhecido o particípio passivo, um DP é gerado, cujo núcleo é *pro*, o qual é automaticamente inserido na derivação. Assim sendo, o DP (*O João*) mantido numa caixa de memória não poderá ser associado à posição argumental em questão, automaticamente ocupada por *pro*. O exemplo, em (82), ilustra a realização da cópia do primeiro DP (*O João*) para a posição de argumento interno do verbo. Note que isso ocorre simultaneamente à incorporação de *pro*, que já se encontra representado na árvore. Ainda segundo a análise de Boeckx, uma cópia do particípio seria assumida em adjunção ao verbo *ser*.



O acoplamento dos itens lexicais define a relação temática entre o DP mantido na memória e o verbo. A cópia do DP (*O João*) não é, portanto, do tipo simultânea, referente à fixação paramétrica da língua (cf. subseção 4.5.3.), senão uma cópia do tipo sequenciada. Este tipo de movimento se caracteriza em termos computacionais pela necessidade de um movimento do tipo A, como salientado por Borer & Wexler (1992).

<sup>92</sup>Vale apontar, assim, na linha do sugerido por Augusto (2008), que cópias sequenciadas com requerimentos distintos imporão demandas distintas ao processamento: maior demanda se Caso e papel temático precisam ser identificados, como acontece com o parsing de elementos-*Qu* e elementos relativizados em sentenças interrogativas e relativas, e demanda menor se Caso já está definido e apenas papel temático precisa ser identificado, como sugere a análise traçada aqui para as passivas. A literatura em processamento indica que essa distinção é relevante (Osterhout & Swinney, 1993; Nicol & Swinney, 1989; Nicol, Fodor & Swinney, 1994).

De acordo com a figura em (82) acima, dois DPs são derivados em espaço paralelo. O primeiro (*o João*) tem seu traço de Caso valorado, mas é mantido em uma caixa de memória para identificação de seu papel temático, quando será reativado e interpretado como o objeto lógico do verbo *amarrar*. *Pro* é gerado dada a identificação do particípio e é imediatamente acoplado ao [Spec, vP] do particípio passivo. Em se tratando de uma passiva longa, ao ser percebido, o outro DP (*o Pedro*) precisa, também, ser derivado em espaço paralelo e ocupará a posição de argumento externo [Spec, v], como prevê a análise de Boeckx (1998) (e, também, a de Collins (2005)). Segundo Boeckx (1998), este DP é adjungido a esta posição argumental por duplicação e aposição do sintagma preposicionado, que contém o referido DP (cf. seção 2.3.2.2.) ao *pro*, como é ilustrado em (83)<sup>93</sup>. Através da preposição, o Caso do DP (*o Pedro*) é valorado e o papel temático é compartilhado entre *pro* e o DP.



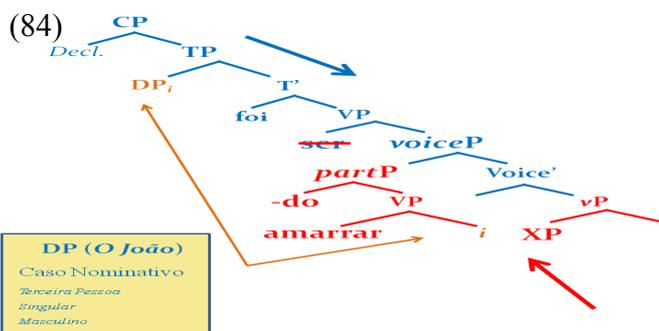
Segundo a proposta de Boeckx (1998), portanto, a identificação de um particípio passivo obriga à geração de uma camada vP, cujo especificador é ocupado por *pro*. Essa derivação, de natureza mais complexa, seria a especificidade da estrutura passiva a ser adquirida pela criança<sup>94</sup>.

Em relação à análise de Collins (2005), podemos prever algo bastante semelhante ao que acabamos de apresentar. Percebida a presença do particípio, a derivação de uma sentença ativa que vinha sendo deflagrada precisa ser

<sup>93</sup> A árvore que Boeckx (1998) assume para inserção da *by-phrase* à posição de argumento externo não é exatamente do modo como ilustramos em (17). Para Boeckx, o núcleo *pro* é duplicado, ocorrendo a aposição direta (cf. a ilustração em (29) no capítulo 2 desta dissertação).

<sup>94</sup> É importante salientar que, para Wexler (2004), na adução da sua hipótese maturacional - UPR (*universal phase requirement*), o DP (objeto lógico) estaria inserido dentro de vP que constituiria uma espécie de fase forte que não poderia ser transposta, pelo menos, até que esta habilidade linguística se desenvolvesse.

abandonada<sup>95</sup> e a reanálise é processada. Com isso, um sintagma *voiceP*, parte da proposta de Collins<sup>96</sup>, seria incorporado à derivação.

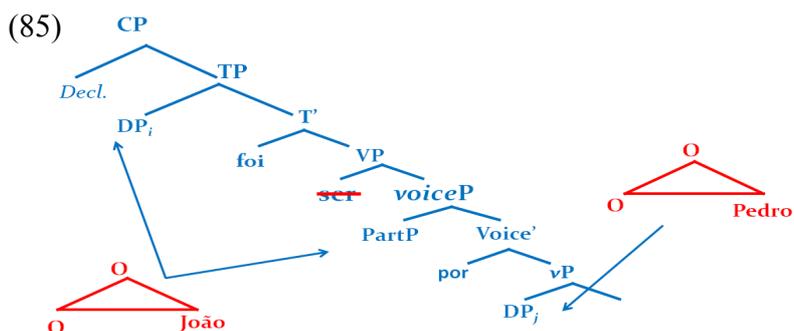


Em (84), se vê como ocorreria a derivação a partir da reanálise. O sintagma *voiceP* é licenciado pelo particípio da passiva, portanto existe um requerimento para que o sintagma *partP*, seja automaticamente posicionado em [Spec, *voiceP*], equivalente à operação de *smuggling* de Collins. A identificação do particípio leva no entanto, assim como de acordo com o requerimentos de *voice*, à derivação de maneira *bottom-up* de VP e *partP*, assim como *vP*.

O DP (*O João*) já teria o seu Caso nominativo valorado, antes mesmo de se processar a reanálise. Esta estrutura seria copiada para se associar a *vP* que, em um primeiro momento, teria seu Spec de *vP*, correspondente ao argumento externo ocupado por um XP, diante da expectativa do *parser* por ter um elemento ocupando esta posição. A presença de um DP no input permitiria que essa expectativa fosse estruturalmente definida.

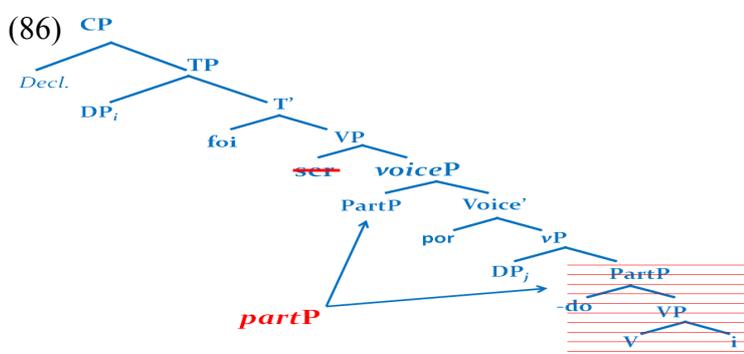
<sup>95</sup> É importante fazer a ressalva de que este abandono não é absoluto. Na verdade, a reanálise está sendo vista por nós como um redirecionamento que o *parser* está tomando, frente ao reconhecimento do particípio. A valoração do Caso do DP, por exemplo, é mantida, uma vez que este elemento satisfaz os requerimentos do sistema.

<sup>96</sup> A assunção de um núcleo funcional *VoiceP* seria incorporado pelo *parsing* a partir do reconhecimento da identificação do particípio. Para um modelo de processamento, caberia discutir em que momento exato, o *parser* teria condições de reconhecer que a sentença em questão se trata de uma passiva, não de uma sentença ativa. A derivação explicitada em Collins (2005) nos permitiria colocar duas questões nesta direção: (i) o reconhecimento deste núcleo funcional pelo *parser* adviria mesmo de uma reanálise, já que a morfologia seria aquilo que caracterizaria minimamente uma sentença como passiva (cf. BOECKX, 1998:188)? Ou (ii), este núcleo funcional seria ativado diante de informação discursiva relevante como, por exemplo, a manutenção do tópico? Adiantamos que não acreditamos ter sido capazes de chegar, nesta dissertação, a qualquer conclusão acerca destes dois pontos aqui levantados, uma vez que isto demandaria um estudo aprofundado no que concerne a aspectos do processamento que se relacionam à interface sintático-pragmática. Estas são questões relevantes para o tratamento da compreensão e da produção de enunciados contendo sentenças na voz passiva e, certamente, serão o fio condutor para a continuidade de pesquisa sobre este tema a ser desenvolvida no doutorado.



De acordo com o explicitado no exemplo (85) acima, o segundo DP (*o Pedro*) da passiva longa, também, será derivado em espaço derivacional paralelo e substituirá o XP que ocupava a posição [Spec, *vP*]. É importante mencionar que, segundo Collins (2005), o núcleo de *voice* terá atribuições sintáticas capazes, por exemplo, de marcação de Caso. O DP (*o Pedro*), portanto, será posicionado aí e terá o seu caso marcado pelo núcleo de *voiceP*, que será ocupado pela preposição *por*, constituída apenas de propriedades sintáticas.

Por fim, a cópia de todo o *partP* é associada à posição de complemento de *vP*, para que as atribuições temáticas sejam devidamente checadas, como imposição de FL. Esta cópia é do tipo relevante, atrelando custo à derivação. O movimento por *smuggling*, sugerido por Collins (2005) para [Spec, *voiceP*], do ponto de vista do processamento, ocorreria na direção contrária. Para o autor, esse movimento por *smuggling* impede que o DP objeto lógico se encontre em uma posição em que seu movimento se dê por sobre um elemento interveniente, o DP agente. No entanto, há a necessidade de se lançar mão de uma cópia pesada, de todo o *partP* por sobre o *vP*, como ilustramos em (86). Em FF, a cópia de baixo é apagada.



Conforme viemos vendo nesta subseção, a assunção de um *voiceP* por Collins (2005) não altera crucialmente as previsões do Modelo Integrado da

Computação *on-line* no que se refere à assunção de cópias simultâneas e sequenciadas. Ambas as análises (de Boeckx (1998) e de Collins (2005)) são afins à previsão do Modelo de que uma cópia sequenciada poderia atrelar um custo tal responsável pela aquisição tardia de passivas longas.

No que se refere à aquisição, este *voiceP* pode ser um elemento de grande importância, uma vez que *voiceP* passa a ser, efetivamente, a categoria funcional específica para a geração de passivas eventivas, segundo Collins.

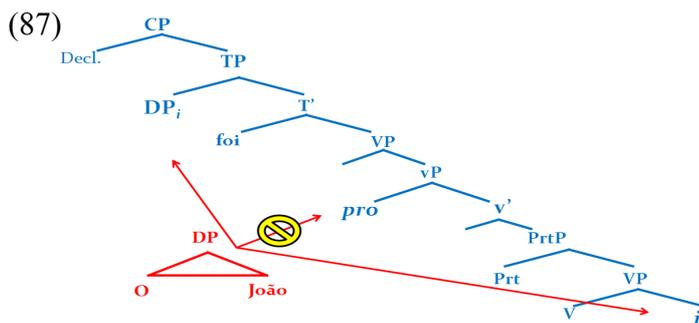
Na próxima subseção, nos voltaremos para a derivação de passivas curtas. Resultados com Inglês tendem a apontar maior facilidade com estas construções (cf. capítulo 3), que seriam explicados, essencialmente, através de homofonias com construções aparentemente mais simples. Nosso intuito é comparar o processamento de passivas curtas e longas e tentar estabelecer em que medida a presença de mais um sintagma poderia, ou não, trazer maior custo para o processamento e, assim, estabelecer um parâmetro para a aquisição de passivas, à luz das previsões do Modelo Integrado.

#### **4.6.2.2. Análise de passivas curtas**

##### **4.6.2.2.1. Passivas curtas verbais**

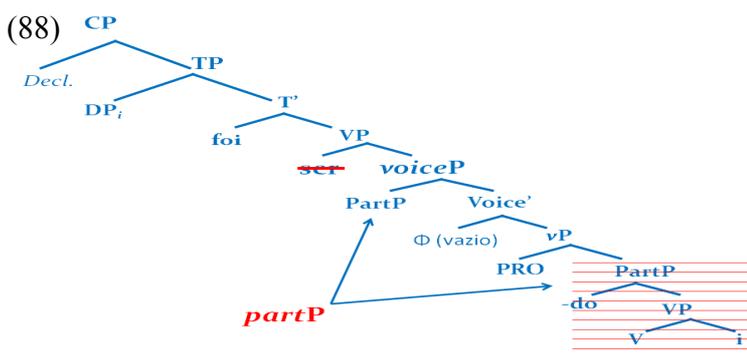
Ao olharmos para a estrutura das passivas curtas verbais não há, *a priori*, nenhuma distinção clara, nos termos das *cópias simultâneas* e *sequenciadas* que nos fizesse prever um processamento diferenciado. De forma semelhante às passivas longas, espera-se que, nas curtas, haja uma etapa de reanálise e que, diante dela, o primeiro DP reconhecido seja mantido na caixa de memória até que, através dos requerimentos temáticos do particípio, este possa ser interpretado como o objeto lógico da sentença.

Como se trata de uma passiva curta, o sintagma preposicionado-*por* não é realizado fonologicamente, mas parece ser consensual que o argumento externo do verbo apresente atividade sintática. Logo, em Boeckx (1998), como já foi apontado, *pro* seria a categoria vazia a ser processada como o argumento externo na passiva curta. A cópia sequenciada, por isso, seria mantida de acordo com as previsões do Modelo Integrado, bem como ilustramos em (87). Notem que a presença de *pro* impede que o DP (*O João*) possa ter as suas necessidades temáticas satisfeitas neste ponto da derivação.



Na perspectiva de Collins (2005), a preposição *por*, na passiva curta, não seria subcategorizada e, portanto, o núcleo de *voiceP* seria representado por um vazio ( $\phi$ )<sup>97</sup>. Assim sendo, mais do mesmo: a partir do reconhecimento do participio, ficaria estabelecida a relação temática do DP (*O João*) que será interpretado como tema de *amarrar*, sendo realizada uma cópia para a posição de argumento interno e a concordância entre o DP com caso valorado e o participio é deflagrada. Até este ponto da derivação, as passivas longas e curtas seriam derivadas do mesmo modo. Ao não encontrar o sintagma preposicionado, uma categoria vazia PRO é licenciada para ocupar a posição de argumento externo. PRO substitui XP e tem o Caso valorado por *voice*, como ilustrado em (88).

A segunda cópia, de todo o participio para a posição de complemento de *v*, compatível ao *smuggling* de Collins, ocorreria por sobre o *vP*. O papel temático referente à posição do argumento externo, assim, será interpretado em PRO, na FL.



Comparando enunciados contendo passivas curtas e longas, no concernente a possíveis demandas de processamento, temos que, para ambos, ocorreria um

<sup>97</sup> Este vazio, no entanto, será responsável pela checagem do PRO arbitrário, que terá Caso nulo. Observe que a preposição *por*, segundo Collins (2005), é postíca (dummy), de natureza funcional. A sua realização, portanto, seria meramente um requerimento para a indicação da valoração do Caso.

procedimento de reanálise e a implementação de uma cópia sequenciada. Neste sentido, espera-se maior custo computacional para o processamento da passiva verbal nos termos que viemos tratando, independentemente da realização fonológica do PP, o que incorreria, para o processo de aquisição da linguagem, num atraso de ambas as estruturas. Devemos fazer a ressalva, contudo, de que, na passiva longa, este PP se constitui num elemento extra para o processamento, haja vista a natureza da derivação deste DP de acordo com as previsões do modelo que estamos assumindo.

*PRO* ou *pro* são categorias vazias semanticamente, sem referência específica no mundo. Estas categorias, na verdade, são formalismos que representam a necessidade de projetar na sintaxe o chamado argumento implícito. Este argumento, portanto, tem relevância para a sintaxe, checará a atribuição do papel temático do verbo na forma lógica, e constitui-se como uma categoria mínima e máxima ao mesmo tempo. Sendo assim, o *parser* não precisa gerar um DP pleno, com derivação do NP, de forma *bottom-up*, em espaço derivacional paralelo, a ser integrado à estrutura em processamento. Isto poderia ser uma demanda de processamento adicional.

Ao pensarmos do ponto de vista do curso de aquisição da linguagem, se a derivação de estruturas deste tipo não estiver adquirida plenamente, poder-se-ia aventar a possibilidade de uma concorrência entre os DPs pelas posições que requeiram elementos desta natureza. Notem que, segundo Collins (2005), adquirir uma passiva é fixar um parâmetro (+) *voice* na língua. É este núcleo funcional que informa ao sistema computacional que o particípio envolvido na derivação é incapaz de atribuir Caso acusativo ao se integrar à [Spec, *voice*P]. Se a criança ainda não adquiriu *voice*, então, não chegaria à interpretação de uma passiva e tenderia a lançar mão de uma estratégia para a compreensão da sentença com base nas informações de ordenação de constituintes previstas na gramática de sua língua, atribuindo o papel de agente/experienciador ao primeiro DP, como assume Rubin (2006).

A combinação, portanto, dos fatores cópia sequenciada e realização fonológica do PP nos faria prever que a passiva longa imponha ainda mais custo para o seu processamento, o que poderá vir a refletir, de alguma maneira, na aquisição de sentenças passivas verbais. Vale, ainda, apontar que uma passiva curta poderia, equivocadamente, ser processada pela criança como uma passiva

adjetiva, em que o argumento externo não é projetado, sendo então processada como uma estrutura menos custosa.

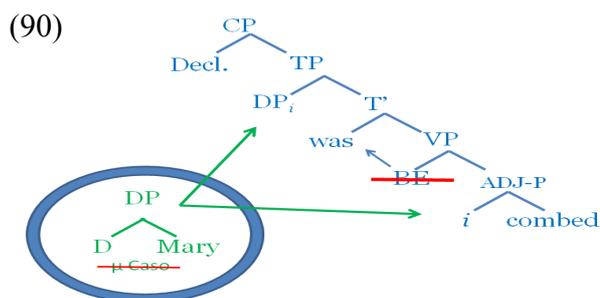
#### 4.6.2.2.2. Passivas curtas adjetivas

No caso das passivas adjetivas, há ainda mais a se discutir nesta dissertação. Como vimos na subseção 4.6.1., Borer e Wexler (1987) utilizaram-se da homofonia sintática existente entre passivas verbais (com verbos de ação) e construções adjetivas de cópula do Inglês para explicar a facilidade das crianças na boa performance com as referidas passivas, uma vez que as construções copulares seriam estruturas adquiridas antes do que passivas eventivas.

Assumir que construções de cópula sejam adquiridas mais cedo é compatível, também, com as previsões do Modelo Integrado da Computação *on-line*, no concernente à métrica destas estruturas, que não apresentariam maiores dificuldades para o processamento. Notem que, em construções adjetivas, como em (89), não seria prevista a implementação de uma *cópia sequenciada*. O movimento proposto pela TLG seria, para o Modelo Integrado, de caráter compulsório; ou seja, sem custo computacional mensurável.

(89) Mary was combed.

O processamento da sentença, em (89), transcorreria, então, da seguinte maneira: o DP (*Mary*) é derivado num espaço paralelo, ao mesmo tempo em que os núcleos funcionais CP e TP são derivados de modo *top-down*. São gerados *bottom-up* os sintagmas VP e uma *small-clause* do tipo *ADJP*. De acordo com a natureza deste VP (cópula ou auxiliar) a camada *v* não é derivada. No momento de encaixe entre as duas árvores (*top-down* e *bottom-up*), simultaneamente, a flexão do verbo, que entra em concordância com o DP (*Mary*), ativa o traço EPP de T, valorando Caso nominativo do DP e recebendo seu papel temático. Como o particípio em questão teria propriedades adjetivas evidentes, a atribuição temática ocorre de forma direta, o verbo BE é assumido como uma cópula e não se faz necessária qualquer reanálise. O marcador frasal entregue às interfaces seria como o ilustrado, em (90), a seguir:



Caprin e Guasti (2006), no entanto, negam a possibilidade de que uma passiva adjetiva, como a exemplificada em (90), tenha exatamente a mesma derivação de uma estrutura de cópula. Para isso, as autoras, atentas à produção das referidas estruturas com o verbo *ser* (*essere*) no Italiano, do tipo ilustrado em (91), e estruturas em que o verbo *ser* se comporta como auxiliar, como em (92), apontam que existiria uma diferença significativa no padrão de omissão do verbo *ser*.

(91) Gianni è felice. (*João é/está feliz*)

(92) La porta è aperta. (*A porta é/está aberta*)

As autoras observam que as crianças (entre 22 a 35 meses de idade) tendem a omitir significativamente mais o verbo auxiliar em contextos ambíguos, como (92), do que o verbo *be* enquanto cópula, como em (91), (Cf. CAPRIN e GUASTI, 2006:130). E, de modo interessante, a omissão do auxiliar *ser*, quando comparada a do auxiliar *ter/haver* (*avere*), não se distingue de modo significativo. Isto as levou a inferir que existem restrições que permitem que a omissão do verbo *ser* seja sistemática e atenda a padrões sintáticos. As crianças, portanto, reconheceriam a diferença de *ser* enquanto auxiliar e enquanto cópula, sinalizando que ambas as derivações sejam distintas entre si, já na gramática infantil.

Contra Borer e Wexler (1987), as autoras afirmam que a passiva curta, portanto, não seria representada pelas crianças como uma construção de cópula<sup>98</sup>,

<sup>98</sup> Acreditamos ser importante fazer a ressalva de que existem nuances muito importantes a serem consideradas ao se fazer as comparações propostas entre o que está sendo efetivamente produzido pela criança, como apontam Caprin e Guasti (2006), e como a criança se orienta na tentativa de dar uma interpretação a um enunciado *x*, como no trabalho de Borer e Wexler (1987). Os dados apresentados por Caprin e Guasti parecem ser bastante robustos para defender a ideia de que a criança atenda a restrições possivelmente estruturais no momento da produção. Isto parece estar relacionado a que, no momento de gerar o enunciado, a criança, baseada na sua intenção de comunicar uma mensagem, selecione o predicador em questão adequando-o a um estado ou a um processo que culmina num estado *y*. No entanto, isto não requer que, na tarefa de compreensão, o sistema seja incapaz de licenciar, na FL, uma passiva adjetiva como uma estrutura de cópula, de

tendo em vista a idade das crianças testadas. Caprin e Guasti (2006) afirmam que, como já teria sido apontado por Hirsch e Wexler (2004), a passiva curta verbal seria interpretada, possivelmente, como uma passiva adjetiva com leitura resultativa.

Em Português, como vimos, a formalização das passivas verbais e adjetivas atende à diferença entre os verbos *ser* e *estar/ficar*. Logo, sem a homofonia sintática observada nas passivas resultativas com verbos de ação do Inglês, haveria uma tendência para uma aquisição tardia de passivas no Português do Brasil, sejam curtas ou longas. Por outro lado, acreditamos que, embora seja inegável que a diferença no auxiliar venha a sinalizar algo de relevante, não haveria como garantir que esta distinção tão sutil esteja clara para a criança desde o princípio da aquisição, sobretudo, porque há exemplos na gramática do adulto em que esta diferenciação não parece ser óbvia.

Com respeito a enunciados envolvendo o verbo *ser*, por vezes, é possível que se lhes atribua, tanto uma interpretação adjetiva estativa, como eventiva, em especial, quando o verbo está flexionado no presente. A desambiguação entre passiva adjetiva e verbal, nos casos explicitados (93), dependeria de questões aspectuais, possivelmente oferecidas pelo contexto; as versões *linha* dos exemplos dados apresentam indiscutivelmente uma leitura eventiva.

- (93)
- a. ?O cachorro é pintado.
  - a'. O cachorro é pintado para o show.
  - b. ?O tronco da árvore é molhado.
  - b'. O tronco da árvore é molhado toda manhã.
  - c. ?A/Essa corda é enrolada.
  - c'. Essa corda é enrolada pelo pedreiro antes de ele ir embora.
  - d. ?A/Essa camisa é amassada.
  - d'. A camisa é sempre amassada pela alça da bolsa.

Por outro lado, parece haver uma preferência (e em alguns casos, uma determinação) de combinação de auxiliares e participios para formação de passivas eventivas, estativas ou resultativas em português.

---

modo a minimizar as demandas da tarefa em questão. O modo como as crianças representariam as construções de cópula, passivas adjetivas e verbais e as possíveis diferenças computacionais entre estas estruturas será discutido ao longo desta subseção e será retomado na apresentação dos nossos experimentos no capítulo 5 desta dissertação.

- (94) a. O cachorro foi pintado.  
b. O tronco da árvore foi molhado.  
c. A corda foi enrolada.  
d. A camisa foi amassada.
- (95) a. O cachorro está pintado.  
b. O tronco da árvore está molhado.  
c. A corda está enrolada.  
d. A camisa está amassada.
- (96) a. O cachorro ficou pintado.  
b. O tronco da árvore ficou molhado.  
c. A corda ficou enrolada.  
d. A camisa ficou amassada.

Quando comparamos os exemplos ilustrados em (94), (95) e (96), poderíamos dizer, *a priori*, que a leitura a ser atribuída às primeiras sentenças é eventiva, às segundas, é estativa e, às terceiras, é resultativa. No entanto, exemplos como (95), podem vir a salientar a interpretação resultativa. Em um contexto específico, onde uma corda acaba de ser enrolada, o enunciado *A corda está enrolada* é compatível a este evento que resulta neste estado (*enrolada*). Com isso, estamos assumindo que o verbo auxiliar, para as crianças falantes do Português, pode não ser tão informativo quanto esperava Rubin (2009), e estas diferenças aspectuais, tão refinadas e repletas de ambiguidades, poderiam ser uma fonte de dificuldade durante o processo de aquisição.

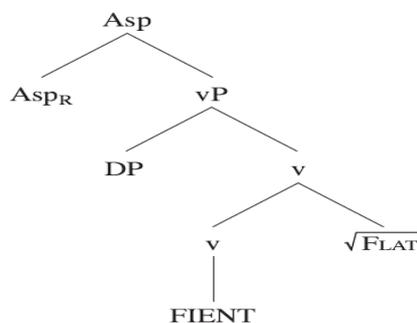
No Italiano, parece ser, justamente, esta ambiguidade a responsável pelo maior número de omissões de *essere* enquanto auxiliar do que enquanto cópula. Veja que a cópula é distinguida do auxiliar pelo tipo de complemento, se um verbo ou um adjetivo. Isto pode aludir a que a aquisição de construções passivas, na verdade, seja uma aquisição prioritariamente dos diferentes tipos de participípios combinados com determinados auxiliares.

Recentemente tem-se discutido a relevância de se considerarem dois tipos de passiva adjetiva, a estativa e a resultativa, conforme defende Embick (2004)<sup>99</sup>, ao apontar para a formação de três tipos distintos de participípio: eventivo (correspondente às passivas verbais), resultativo e estativo (correspondentes às passivas adjetivas). A diferença entre a leitura estativa e a resultativa é o reconhecimento de um evento envolvido nesta última. No caso de passivas

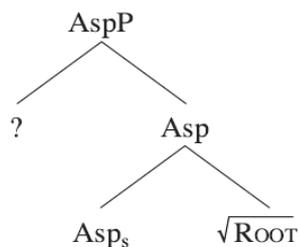
<sup>99</sup> A proposta de Embick se insere no quadro da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1994) e, assume, que toda formação de categorias se dá na sintaxe, diferentemente do que é aventado aqui, no sentido de que participípios estativos seriam categorizados como adjetivos já no léxico.

estativas curtas, não haveria uma camada verbal, pois o particípio comportar-se-ia como um adjetivo. A diferença entre a leitura eventiva e a resultativa é o reconhecimento de um agente. No caso de particípios resultativos, há uma camada verbal, mas, diferentemente do particípio eventivo, não há traço de agentividade, tão somente o de eventividade. O DP argumento único do particípio resultativo, na proposta do autor, ocupa a posição de [Spec, vP], como ilustrado em (97). Apresentamos, também, as estruturas de particípios estativos, como em (98), e eventivos, como em (99) para remeter ao contraste oferecido pela proposta deste autor.

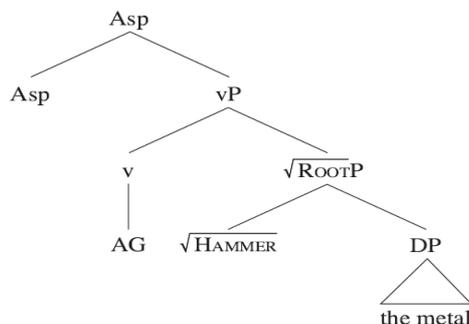
(97) Fig.3: Construção resultativa (EMBICK, 2004:367)



(98) Fig. 4: Construção estativa (EMBICK, 2004:363)



(99) Fig. 5: Construção eventiva (EMBICK, 2004:364)



As árvores acima servem para distinguir, portanto, participípios resultativos, estativos e eventivos, como *a calça encurtada* (resultativo), *a calça curta* (estativo) e a calça encurtada pelo Pedro (eventivo). Na passiva resultativa, [FIENT] é um traço relacionado aos operadores BECOME (que sinaliza a telicidade nos eventos) e INCH (*inchoative*).

Sob o foco da Teoria Linguística Gerativa, estes tipos de participípios, naturalmente, precisam ser distinguidos pela criança que irá adquiri-los, uma vez que, ao que parece, esta distinção estrutural teria efeito relevante para a interface com o sistema conceptual-intencional. Focados na aquisição, assumimos que um participípio possa ser identificado e, assim armazenado no léxico, como um adjetivo<sup>100</sup> no início da aquisição do PB<sup>101</sup>. Nesta língua, existe homofonia entre participípios e adjetivos, o que facilitaria esta analogia.

Se os participípios são representados, no léxico, da maneira que estamos supondo, haveria uma tendência para que passivas curtas com participípios estativos sejam derivadas como estruturas de cópula. Do ponto de vista da compreensão, se as crianças não distinguem participípios e adjetivos, não haveria quaisquer razões que viessem a impedir a derivação de uma estrutura copular, portanto, mais simples computacionalmente.

É fato, segundo apontado por Gehrke e Grillo (2009), que os participípios estativos seriam muito raros na derivação de passivas verbais. Estes autores assumem que, para que um participípio estativo admita a passivização, seria necessário que ele apresentasse, pelo menos, valor semântico incoativo<sup>102</sup>. Esperamos, assim, que participípios estativos não salientem informação relevante de modo a permitir que a criança diferencie participípios e adjetivos. Se esta diferença não é percebida pela criança, então ela não chegaria à construção de qualquer passiva.

<sup>100</sup> A nossa perspectiva é, fundamentalmente, lexicalista, afim à Teoria Linguística Gerativa e, portanto, diferente da proposta de Embick (2004) inserida na Morfologia Distribuída.

<sup>101</sup> Acreditamos que isso seja desta forma, haja vista que os participípios só estão presentes, em Português, em estruturas possivelmente muito complexas para as crianças, como tempos compostos (*tem comido/ falado/saído*), cujo uso está ligado a relações aspectuais dificilmente captadas pelas crianças no início da aquisição (cf. LONGCHAMPS, 2009), e orações adjetivas reduzidas, cujo valor é adjetivo (*A mulher maquiada é a minha esposa*). Em Italiano e em Francês, existem instâncias de participípio envolvidas em construções possivelmente mais simples que não implicam distinções aspectuais tão relevantes. O passado mormente utilizado nestas línguas faz uso do participípio (*ho mangiato/ J'ai mangé*), por exemplo.

<sup>102</sup> Em *A fazenda foi possuída pelo senhor do engenho.*, o participípio de *possuir*, na passiva, tem esse valor incoativo que se traduz numa mudança de tipo O senhor do engenho começou a possuir (tomou posse) a fazenda que, antes, era de posse de outra pessoa.

Particípios resultativos, por sua vez, são passíveis de serem mapeados mais costumeiramente em eventos do que os participios estativos. Ao fazer este tipo de mapeamento no mundo, a criança poderia atrelar àquela forma um traço de telicidade<sup>103</sup> que será fundamental para a distinção categorial entre adjetivos e verbos na forma participial.

Observem que, no caso dos contextos ambíguos do Italiano, do Francês e, mesmo do Inglês, como *La porta è aperta/ La porte est fermée/ The door is closed*, se não há contexto para a desambiguação, não há razão para afirmar que o *parser* processe uma estrutura diferente da de cópula, ou da leitura estativa, como dissemos. Assim, haveria uma preferência pela derivação da construção mais simples<sup>104</sup>.

Diante de participios claramente resultativos, como *The door was opened*, que difere de *The door was open*<sup>105</sup>, haveria a necessidade de distinguir as duas construções citadas. A criança, então, mapearia alguma diferença semântica, constituindo uma pista para o reconhecimento da diferença entre adjetivos e participios e, subsequentemente, entre uma construção de cópula e uma construção passiva.

Essa informação morfológica, segundo a Teoria Procedimental de Corrêa (2009a/b), é fundamental para a identificação e gradual especificação dos traços formais relevantes para a computação de construções específicas de uma gramática em aquisição. No caso da passiva, uma vez que a criança ainda não se atenha à diferença entre participios e adjetivos, e mesmo entre participios eventivos e resultativos, não identificaria a necessidade de movimento atrelada à

<sup>103</sup> Notem que, segundo a classificação de Vendler (1967), participios jamais serão classificados como processos (*activities*), pois sempre apresentarão o traço (+) télico, o que faz deles processos culminados (*accomplishments*) / culminações (*achievements*). Se os participios não possuírem nenhum dos dois traços ((-) [transcurso] e (-) [télico]), então serão classificados como estados (*states*). Se, durante a condução de uma tarefa de compreensão, o participio envolvido numa derivação for atélico, o *parser* não identifica um verbo (eventividade) e a estrutura a ser derivada é a de cópula, o que será licenciado em FL.

<sup>104</sup> Ressaltamos que estamos defendendo esta hipótese desde uma perspectiva focada na compreensão, seja a da criança, seja a do adulto. Para a produção não existem ambiguidades, porque a intenção do indivíduo lhe é clara, mesmo que a mensagem final produzida seja ambígua. Assim sendo, ao comunicar a mensagem, o indivíduo, baseado nas construções que já domina, faria uma escolha entre derivar, ou uma cópula (sem eventividade), ou uma passiva resultativa (com eventividade, mas sem especificação de agente), ou a passiva eventiva, que expressa tanto a eventividade como a presença de um agente.

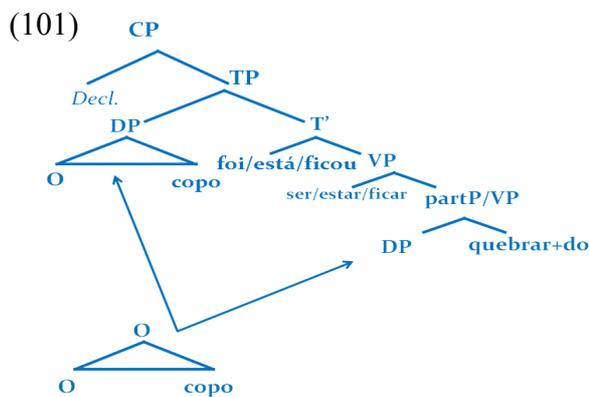
<sup>105</sup> Rodero (2009) apresenta exemplos em Português semelhantes a este do Inglês como *A assembléia vazia* e *A assembléia esvaziada*.

derivação de uma passiva eventiva, como estamos caracterizando a passiva propriamente verbal nesta dissertação.

No que se refere à derivação da passiva adjetiva, tendo em vista tarefas de compreensão, não estamos assumindo que a derivação seja crucialmente diferente da derivação de uma cópula. A categoria verbal, no momento em que acaba de ser devidamente distinguida do adjetivo, seria do tipo monoargumental, uma vez que participios resultativos servem para comunicar eventos, sem que estes estejam relacionados à presença obrigatória de um agente. Desta forma, ao identificar os participios resultativos, a camada *vP*, relativa à agentividade, simplesmente, ainda não seria derivada.

Há a tendência, portanto, para que a criança derive uma estrutura semelhante a copular, em que *partP* se apresenta como uma categoria híbrida do tipo *partP/VP*, como dissemos, monoargumental. Em (101), apresentamos a derivação do que acreditamos ser o modo como a criança geraria uma passiva resultativa, como (100). Assumimos que esta construção pode ser interpretada na interface lógica como um evento, diferentemente da estrutura copular com adjetivo.

(100) O copo foi/está/ficou quebrado.



Um argumento que poderia ser levantado contra nossa proposta é o fato de que, se a criança é capaz de reconhecer o verbo *quebrar*, também, seria capaz de subcategorizar dois argumentos, não apenas um, como estamos propondo. Ao que parece, até o ponto a que nos estamos referindo, a criança não teria adquirido passivas verbais, sendo assim, tentativamente, derivaria a estrutura mais simples, partindo de uma categoria híbrida monoargumental, em transição (*partP/VP*), para que o resultado desta derivação seja checado na forma lógica. Uma derivação,

como em (101), seria licenciada em FL, primeiro, porque o traço télico do particípio permite que um evento seja contemplado nesta interface, segundo, porque o DP na posição de sujeito possui um traço semântico de afetação que manteria a relação estativa/atributiva deste DP com o predicado. Esta combinação de traços na estrutura seria fundamental para que esta derivação convergisse na gramática infantil.<sup>106</sup>

Diante de particípios eventivos como *visto*, por exemplo, não há traço de afetação no DP (objeto lógico), neste sentido, uma interpretação resultativa daria lugar à interpretação eventiva, em que a participação do agente é essencial para a compreensão da sentença. Distinguidos os particípios resultativos e eventivos, a criança precisará lidar com as demandas de uma verdadeira passiva verbal, derivando a camada vP e implementando uma cópia do tipo sequenciada a partir de uma reanálise estrutural.

Notem que, na estrutura resultativa proposta em (101), CP e TP são derivados de modo *top-down*, enquanto VP e *partP/VP* são derivados de modo *bottom-up*. O DP (o copo) é gerado num espaço derivacional paralelo. As distinções aspectuais contempladas nos auxiliares seriam muito refinadas e não salientariam a informação necessária para que a criança pudesse prever, neste ponto da derivação, o tipo de estrutura em questão a ser derivada. Contudo, quando o DP entrar em concordância com o verbo auxiliar (*ser/estar/ficar*), poderá ter o seu Caso valorado como nominativo e, simultaneamente, receber papel temático da categoria híbrida em questão através de uma cópia. Este tipo de cópia, segundo as previsões do Modelo Integrado, não sugere custo computacional mensurável.

Na forma lógica, o traço télico relativo à eventividade é identificado e o traço de afetação do DP traz uma interpretação adequada a uma construção computacionalmente mais simples do que uma passiva eventiva. Até que a criança

---

<sup>106</sup> O trabalho de Naves (2005) aventa algo semelhante ao olhar para a alternância sintática de verbos causativos e psicológicos. Em sua hipótese, a autora defende que os traços de telicidade do verbo e, composicionalmente, o traço de afetação com mudança de estado do DP objeto é relevante para que a alternância destes predicados seja possível. Por meio destes traços, o sistema computacional seria capaz de derivar uma construção transitiva como *Os clientes quebraram os copos* ou uma construção intransitiva como *Os copos quebraram*. Na ausência destes traços, mesmo que o sistema computacional derivasse uma construção alternativa para uma sentença transitiva como *O homem empurrou a mulher*, do tipo *A mulher empurrou*, esta construção seria barrada em FL.

perceba a diferença semântica entre a leitura resultativa e a propriamente eventiva, derivando a camada *vP*, onde será alocado o argumento externo da voz passiva, ela não terá adquirido a voz passiva verbal propriamente dita, o que é compatível com as assunções defendidas por Wexler, especialmente Wexler (2004).

Em suma, se decidirmos encarar a aquisição da passiva, efetivamente, como a aquisição dos diferentes tipos de particípio da língua, teremos que, para crianças adquirindo o Português, a passiva adjetiva estativa é a primeira a ser adquirida, por não apresentar qualquer diferença com respeito à cópula. Ou seja, frente a (102), o particípio *aberta/pintada/colorida* seria visto pela criança como um simples atributo, sem que haja a interpretação de nenhum evento implícito.

(102) A casa foi/está/ficou *aberta/pintada/colorida*. (**passiva estativa**)

Para que a passiva adjetiva resultativa seja possível, a criança precisa fazer alguma distinção entre particípios e adjetivos. A especificação de um sintagma *partP* no léxico ocorreria posteriormente, uma vez que estamos assumindo que, num primeiro momento, todos os particípios seriam representados no léxico como simples adjetivos. Feita a distinção, as crianças são capazes de derivar uma passiva adjetiva resultativa, que não oferecerá, em termos de demandas de processamento, nos termos das cópias simultâneas e sequenciadas, maiores dificuldades. Veja o exemplo em (103):

(103) O João foi/está/ficou *amarrado/ferido/animado/magoado*. (**passiva resultativa**)

Existem particípios para os quais, ao que parece, a demissão do argumento externo não é viável. Parece ser este o caso de alguns verbos psicológicos, em que não existe uma relação direta de afetação e/ou atribuição entre o primeiro DP e o verbo, como ocorre nas passivas resultativas e estativas. O verbo *ver* nos exemplos abaixo parece sinalizar isso para a criança.

(104) O João foi visto/ouvido/admirado/respeitado.

(105) O João \*está/\*ficou visto/ouvido/admirado/respeitado.

A relação entre o DP e o particípio, para ser viável, precisaria da mediação de um agente. A camada *vP* é responsável pela agentividade e enquanto estiver subespecificada na gramática infantil, a sentença (104) em questão seria rejeitada pela criança, porque, por alguma razão, a criança não seria capaz de lidar com o custo envolvido na implementação de uma cópia sequenciada aos moldes que viemos discutindo nas duas subseções anteriores a esta. Veja, em (105), que a leitura resultativa não é gramatical com estes particípios. A progressiva identificação de leituras específicas possíveis para determinados particípios e sua combinação com determinados auxiliares levaria a criança a rejeitar uma determinada atribuição de estrutura a certas construções, auxiliando na identificação da possibilidade de mudança de voz em relação a certos predicados e, uma vez habilitada a lidar com a computação mais pesada aí envolvida, a passiva eventiva seria, então, adquirida.

Esse raciocínio nos permite aventar que, em tarefas de compreensão, a única estratégia de minimização de custo não seria ater-se à ordem canônica dos elementos na língua imposta pela estrutura de uma passiva eventiva. Outra possibilidade a ser contemplada seria, no que diz respeito a passivas curtas, a de atribuição de uma interpretação resultativa a essas estruturas.

No capítulo seguinte, trataremos três tarefas experimentais que foram propostas às crianças no intuito de investigar as nossas previsões, em primeiro lugar, a respeito da compreensão de passivas curtas e longas, contrastando-as a partir de verbos de ação e verbos de não-ação. Aferimos, também, a compreensão de passivas curtas com particípios com traços télicos combinados a DPs com/sem traço de afetação com mudança de estado. Para estes dois experimentos contemplamos as condições de felicidade previstas por O'Brien, Grolla e Lillo-Martin (2006). Por último, averiguamos o uso de diferentes auxiliares nas passivas curtas, como *ser* e *estar*, frente a vídeos contendo eventos, no intuito de identificarmos em que medida estes auxiliares seriam, ou não, uma fonte de dificuldades para a interpretação adequada de passivas curtas.